

## **AS CONTRADIÇÕES DA MODERNIDADE EM LONDRINA NOS “ANOS DOURADOS”**

Ana Maria Chiarotti de Almeida\*

Roselaine Bolognesi\*

A proposta tem como objetivo apresentar parte das discussões e resultados obtidos a partir das discussões do grupo de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina (UEL) intitulado “Discurso e Memória” em desenvolvimento no projeto de pesquisa “Os sentidos da Marcha da Produção: o acontecimento no texto do jornal” e alguns de seus resultados sintetizados, em parte, através do trabalho desenvolvido como dissertação de mestrado no programa de Mestrado em Ciências Sociais da UEL intitulado: “Anos Dourados: cotidiano e modernidade na cidade de Londrina”.

O período que compreende o Governo de Juscelino Kubitschek –JK (1956-1960)– permanece na memória nacional como os “anos dourados”, do Nacional-Desenvolvimentismo<sup>1</sup>, da consolidação da Democracia, de crescimento econômico e de multiplicação dos signos da “modernidade”.

Conforme Velloso (2002), a ideologia dos *Anos Dourados* construiu-se alicerçada no clima de euforia que existia na época. O Fim do Estado Novo, a emergência do teatro de revista, o surgimento das rádios, da TV, a multiplicação dos jornais, dos leitores, entre outros, constituíram a representação mais aparente do slogan consagrado por JK: “50 anos em 5”, a busca do tempo perdido, cuja grande meta era o desenvolvimento econômico, crescer para depois repartir. O espírito ufanista que prevalece na época silencia os conflitos e acentua a união de forças. Partidos políticos, sindicatos e imprensa cerram

---

\* Professora de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

\* Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina.

<sup>1</sup> Conforme ressalta Benevides, Maria Victoria. A esperança como fator de desenvolvimento. IN: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 20-38, antes falava-se em “fomento” e em “fomentar o desenvolvimento”, tinha-se o esboço de uma proposta de desenvolvimento nacional que ganha fôlego e promete se concretizar nos anos JK. E, na memória coletiva, esse período consagra-se e passa a ser identificado com a expressão *os anos dourados*.

fileiras em torno do projeto Nacional-Desenvolvimentista que tem no ISEB<sup>2</sup> uma de suas fontes inspiradoras.

Assim, é possível afirmar que os anos de 1950 entraram na memória política brasileira como uma década de transformações políticas, econômicas, ideológicas e culturais aceleradas. A transição do mundo rural (passado) para o mundo da atividade industrial (futuro) pode ser considerada a encruzilhada histórica que motivou a emergência de uma postura política e ideológica capaz de mobilizar a nação e os mais variados setores da sociedade em torno da construção de um país moderno.

Cardoso (1978) identifica os principais recursos utilizados por JK na construção da ideologia desenvolvimentista, enfatizando a modernização econômica como um dos recursos principais de fomento dessa ideologia.

A temática do discurso de Kubitschek se concentra em torno do desenvolvimento com a pretensão de propor uma política que permitisse deflagrar a aceleração do processo de crescimento econômico, superando o estado de atraso e alcançando prosperidade. Através de análise dos discursos de JK, essa mesma autora ressalta que a ênfase do presidente era em torno de uma prosperidade que poderia ser conseguida através da industrialização.<sup>3</sup>

Entretanto, no plano objetivo, ao mesmo tempo que se vislumbram possibilidades de ritmo acelerado de desenvolvimento urbano-industrial, alguns setores da elite agrária nacional, a exemplo dos grandes produtores de café da região norte do Paraná, se manifestam contrariamente à política econômica cafeeira posta em prática por JK.

Essa insatisfação resulta, em 1958, em movimento denominado “Marcha da Produção”, acontecimento político com repercussões nacionais e que coloca em

---

<sup>2</sup> Instituto Superior de Estudos Brasileiros- criado em julho de 1955 como órgão do Ministério da educação e Cultura, constituindo-se em um dos núcleos mais importantes da elaboração da ideologia Nacional-desenvolvimentista que marcou a política brasileira desde a morte de Getúlio Vargas (1954) até a queda de João Goulard (1964).

<sup>3</sup> Para maior aprofundamento sobre os anos do governo JK indicamos: Bojunga, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001; Silva, Alexandra de Mello e. *A política externa no cenário da Guerra Fria*. IN: *os anos de JK*. Site do CPDOC <http://www.cpdoc.fgv.br.>; Heliodoro, Affonso. *JK exemplo e desafio*. Brasília: Thesaurus, 1991.

questão, por exemplo, toda um memória que se constrói no período em torno da estabilidade do governo de JK.

Amplamente divulgada e noticiada pelo Jornal Folha de Londrina durante o ano de 1958, A Marcha da Produção,

(...) a princípio como parte de um conjunto de fatos do cotidiano da vida londrinense - no ano de 1958 -, aos poucos vai tomando proporções de um acontecimento político de repercussão nacional, já que se coloca contra o Governo JK e sua política econômica. Um movimento que, ao programar uma grande manifestação - marchar em carreata até o Catete para entregar ao Presidente um conjunto de reivindicações dos cafeicultores do Norte do Paraná -, revela uma força política, até então inimaginável, dos “lavradores” da região (era assim que se autodenominavam) contra a política econômica cafeeira, adotada pelo governo brasileiro, especialmente diante da instabilidade de preços do mercado internacional e de acordos bilaterais e multilaterais que o país vinha firmando com organizações internacionais e outros países produtores e consumidores de café. (PROJETO DE PESQUISA, 2003, p.1)

Ancorados na conclamada “ vocação agrícola do país”, os cafeicultores exigiam maior proteção aos seus interesses, especialmente uma política mais favorável de subsídios e mudanças nas taxas de câmbio, a fim de favorecer as exportações e a competitividade do café brasileiro no mercado mundial.

Ao noticiar fatos e dar voz aos agentes e políticos da região envolvidos com o debate sobre estas questões, o Jornal Folha de Londrina vai prefigurando discursivamente o acontecimento, conferindo-lhe sentido, projeção e uma clara identificação com os interesses dos cafeicultores. Por isso, pode-se afirmar que a “Marcha da Produção” já estava sendo gestada muito antes do dia 18 de outubro de 1958, data marcada para a saída

da carreata, da cidade de Maringá e que deveria ser engrossada pelos manifestantes de Londrina, de outras cidades do Norte do Paraná, de São Paulo e demais Estados da Federação produtores de café.

Na realidade, este acontecimento, ao mesmo tempo cercado pelos sentidos da vida cotidiana local e regional (a acentuação dos valores de progresso e de riqueza, via cafeicultura, tão presentes na região desde a sua colonização pela Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP) expressa interesses econômicos de associações de classes, interesses partidários e de uma elite política local e regional que tenta se afirmar através de um discurso do tipo liberal capitalista.

(...) percebe-se um discurso fortemente marcado por uma formação ideológica burguesa do tipo liberal capitalista através da qual os cafeicultores e os que lhes davam apoio se insurgiam contra o Estado intervencionista, clamando por liberdade de iniciativa econômica e, ao mesmo tempo, reivindicando protecionismo. (PROJETO DE PESQUISA, 2003, P. 13)

Sobre o período do governo de JK, identificado nacionalmente como “anos dourados”, o que permanece é a memória de um tempo marcado por uma modernização conservadora que se constrói calcada no progresso econômico – urbano industrial – em detrimento do agrícola – rural. Em termos ideológicos, é a construção de um nacional desenvolvimentismo que, a princípio não nega o rural, mas ao contrário, tenta equilibrar tantos os interesses de uma elite agrária, quanto os de uma elite urbano-industrial, mas que concretamente, privilegia uma política econômica de incentivo ao desenvolvimento industrial.

Nesses termos, é possível dizer que a proposta de JK é a construção de um país moderno, dado que este se constrói em oposição ao tradicional. Melhor dizendo, moderno no sentido de que é possível superar a vocação agrícola – nesse caso, entendida

em oposição ao industrial. Daí, superaríamos nossa vocação / condição de país agrícola (rural) – tradicional – por um país moderno – industrial (urbano).<sup>4</sup>

Os anos de 1950 constituíram-se assim, numa encruzilhada histórica e ideológica que coloca em questão todo um processo histórico nacional, suas singularidades e possibilidades. Nesse sentido, tais anos podem ser interpretados como um momento em que, entre outras coisas, estavam sendo postas, efetivamente, as possibilidades de constituição do Brasil como um país moderno.

Conforme a perspectiva de Florestan Fernandes, em parte desenvolvida na sua obra *A Revolução Burguesa no Brasil*, o Brasil dos anos de 1950 ao invés de concretizar o seu projeto de país moderno (que segundo esse autor teve início com a independência do Brasil), dinamizou uma política econômica de expansão econômica de expansão do capitalismo monopolista que, ao invés de nos libertar do subdesenvolvimento e nos colocar entre os países desenvolvidos do mundo, aprofundou nossa condição de país dependente e de país subdesenvolvido não como uma etapa, mas enquanto uma condição, uma forma específica de capitalismo.

Pode-se dizer, assim, que os anos JK seriam nada mais do que o sonho do país desenvolvido que se oferece como a imagem do futuro, uma sociedade capitalismo que apareceria aos olhos deslumbrados do homem moderno como a realização acabada da história.

Dessa forma, é possível entender que essa modernidade proposta pelo governo JK e identificada como os “anos dourados”, pela ideologia nacional desenvolvimentista, nada mais foi que a construção do “sonho” do país desenvolvido. Construção pautada pelos ritmos desiguais de desenvolvimento econômico e social; pelo acelerado avanço tecnológico; pela acelerada e desproporcional acumulação do capital;

---

<sup>4</sup> A concepção de moderno aqui compartilhada é formulada com maiores detalhes por Martins (2000). Sinteticamente, é possível dizer que essa noção de moderno aparece em países como o Brasil como sinônimo do novo e do progresso. Já numa discussão sobre a modernidade, esse mesmo autor aponta que uma das noções básicas que o conceito de modernidade assume em países periféricos como o Brasil é a mescla livre do que não é igual nem contemporâneo, do moderno e do tradicional, do velho e do novo, do real e do imaginário. É importante ressaltar, assim, que os termos moderno, modernismo e modernidade embora tratem de uma mesma realidade tem conceituações distintas na presente abordagem.

pela imensa e crescente miséria globalizada, do que têm fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, da realização democrática, das promessas da modernidade, daquilo que é para alguns e, ao mesmo tempo parece ser para todos. (MARTINS, 2000)

Os “anos dourados” são aqui interpretados como uma ideologia nacional que se constrói no período a fim de garantir a permanência do “sonho” do desenvolvimento que, no Brasil, diante das contradições econômicas e sociais geradas pelo processo de internacionalização do capital e diante das singularidades históricas do país, não passaria de uma promessa. A promessa dos “anos dourados” que sempre retorna como a nostalgia dos “bons tempos”<sup>5</sup>, permanecendo simbolicamente edificada na capital do país: Brasília.

Assim, se é nesse contexto que emerge regionalmente o movimento denominado “Marcha da Produção”, ele nos permite visualizar melhor como a construção dos “anos dourados” como ideologia nacional foi ou não capaz de englobar singularidades regionais.

Esse movimento, apoiado pelo jornal Folha de Londrina e amplamente divulgado, especialmente, através da figura de seu líder Sr. Álvaro Godoy, então presidente da Associação de Lavradores do Norte do Paraná e, também, cafeicultor, se singulariza nesse momento, entre outros motivos, por ser um movimento desestabilizador do período JK, embora ele permaneça na memória nacional como um momento de democracia e estabilidade política, conforme já ressaltado. Ainda, por exaltar o café, a produção agrícola como sinônimo de progresso e desenvolvimento, contrariando, assim, a política econômica nacional posta em prática por JK. Como já dito, tal política privilegiava a industrialização maciça do país como sinônimo de progresso e desenvolvimento. Percebe-se, portanto, uma tensão ideológica que se constrói no período em meio a uma conjuntura econômica nacional e internacional que começa a impor limites aos cafeicultores, ou pelo menos, a uma elite

---

<sup>5</sup> Segundo Gomes (2002), os “bons tempos” sempre retorna como tendência em encontrar no passado alívio para os infortúnios do presente.

cafeeira até então beneficiada pelas políticas governamentais (já que até aquele momento os cafeicultores se beneficiavam com inúmeras intervenções governamentais no setor)<sup>6</sup>.

A “Marcha da produção” que havia sido marcada para sair no dia 18 de outubro de 1958 acaba sendo suspensa na véspera de sua saída devido a intervenção do governo federal através do envio para a região de tropas do exército.

O exército havia bloqueado todos os caminhos que deixavam o Norte do Paraná. Foram fechadas todas as saídas da cidade de Londrina e, também, de Maringá, Paranaíba, Assai, São Jerônimo da Serra, Jacarezinho e de outros centros produtores empenhados na coordenação da Marcha. Segundo o jornal, *o trânsito de aviões militares, na região, era intenso e supostamente tenho sido desembarcado no Norte do Estado perto de mil soldados, com os respectivos apetrechos bélicos, inclusive metralhadora.*

Assim, entre outras interpretações possíveis, a “Marcha da Produção” pode ser interpretada como um movimento de resistência a uma nova ideologia, melhor dizendo, a ideologia dos “anos dourados” que procurava imprimir ao país um ritmo de desenvolvimento acelerado e pautado basicamente na industrialização. Uma ideologia que rompia com todo um imaginário da cidade, construído desde a década de trinta, com a atuação da CTNP e, posteriormente, com a expansão do café na região e a afirmação de um processo bem sucedido de colonização. Essa tensão, motivada objetivamente através das políticas econômicas adotadas no período e, por fim, sufocada pelo exército, parece ter sido, ainda, acalmada pelo *reconhecimento do governo federal acerca do problema da cafeicultura e do bom senso e honestidade dos líderes da Marcha.*

Em termos ideológicos, portanto, é possível concluir que a contradição principal instalada no período diante das singularidades regionais expressas através do

---

<sup>6</sup> É importante ressaltar que nesse período o Norte do Paraná, especialmente, Londrina e região, passavam a ser o núcleo cafeicultor principal do país. Enquanto em São Paulo e outros Estado a cafeicultura já se encontrava numa fase de decadência e diversificação de culturas, no Norte Novo do Paraná o cultivo do café representava a principal atividade econômica da região e em plena expansão. Conforme Arias Neto (1998), o período que compreender os anos de 1950 permanece, inclusive, denominado como “eldorado”, um período que a cidade de Londrina é representada na imprensa como “Cidade Milagre”, “Mina de Ouro do Brasil”, “Cidade Progresso”, “Grande Empório” e “Capital Mundial do Café”. As representações da cidade no período destacam Londrina como produto da terra, da riqueza advinda do café, como exemplo de modernidade e civilização, como centro de irradiação do progresso de todo o Paraná.

movimento “Marcha da Produção” se constrói em torno do papel que a cafeicultura ainda poderia desempenhar nesse processo de modernização e desenvolvimento do país proposto por JK. Melhor dizendo, no papel da tradição do Brasil enquanto país agrário no fomento do desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina (1930/1975)*. Londrina: Ed. Da UEL, 1998.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento Brasil: JK-JQ*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FOLHA DE LONDRINA, 1958. Disponível no CDPH/UEL.
- GOMES, Ângela de Castro. Qual a cor dos anos dourados? In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p.9-19.
- MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- PROJETO DE PESQUISA. *Os Sentidos da Marcha da Produção: o acontecimento no texto do jornal*, UEL, 2003.